

(Provisório)

SUMÁRIO

SEÇÃO I – TEORIA GERAL DOS TRIBUTOS

Capítulo I – TRIBUTOS EM GERAL	35
COMO ESTUDAR DIREITO TRIBUTÁRIO	35
1. DIREITO TRIBUTÁRIO	40
1.1. Introdução: O Direito Tributário como ramo Autônomo do Direito ...	40
1.1.1. Atividade Financeira do Estado	40
1.1.2. Receita Pública	41
1.1.3. Receitas Originárias e Derivadas	41
1.1.4. Direito Tributário	42
1.2. Conceito de Tributo	44
1.2.1. Pagamento em dinheiro, com algumas ressalvas	45
1.2.2. Compulsoriedade: o dever de pagar tributos não representa faculdade do contribuinte	47
1.2.3. Caráter não punitivo: o tributo não representa sanção, o que não afasta a existência de multas tributárias	48
1.2.3.1. Progressividade sancionatória	50
1.2.4. A necessária previsão em lei para instituição de tributo	51
1.2.5. Cobrança vinculada: não há discricionariedade do agente público na exigência dos tributos	52
1.3. Classificação dos Tributos	53
1.3.1. Quanto ao Exercício da Competência Tributária: Privativos, Comuns e Residuais	53
1.3.2. Quanto à Competência para Instituição: Federais, Estaduais, Municipais, Distritais e de Competência Compartilhada	54
1.3.3. Quanto à Finalidade Predominante: Fiscais, Extrafiscais e Parafiscais	55
1.3.4. Quanto à Atuação do Estado: Vinculados e não Vinculados ...	56

1.3.5. Quanto ao Destino da Arrecadação: Tributos de Arrecadação Vinculada e não Vinculada	58
1.3.6. Quanto ao Repasse do Ônus Financeiro: Diretos e Indiretos	59
1.3.7. Quanto à Hipótese de Incidência: Reais e Pessoais	60
1.3.8. Quanto à Progressividade: Progressivos, Proporcionais e Fixos	61
1.3.9. Quanto às Bases Econômicas de Incidência: Comércio Exterior, Patrimônio e Renda, Produção e Circulação e Extraordinários ou Especiais	63

Capítulo II – ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS 67

COMO ESTUDAR AS ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS 67

2. ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS 68

2.1. Da Teoria Binária à Teoria Pentapartida: Quais as Espécies de Tributos?	68
2.1.1. Teoria Dualista, Bipartida ou Bipartite	69
2.1.2. Teoria Tripartida, Tricotômica ou Tripartite	69
2.1.3. Teoria Quadripartida, Tetrapartida ou Tetrapartite	70
2.1.4. Teoria Pentapartida ou Quinpartida	70
2.2. Natureza Jurídica dos Tributos	73
2.3. Espécies Tributárias	76
2.3.1. Empréstimos Compulsórios	76
2.3.2. Contribuições de Melhoria	80
2.3.2.1. Base de cálculo e limites individual e geral	83
2.3.3. Contribuições Especiais	86
2.3.3.1. Contribuições sociais	89
2.3.3.1.1. Contribuições de Seguridade Social	89
2.3.3.1.2. Outras Contribuições Sociais	90
2.3.3.1.3. Contribuições Sociais Gerais	91
2.3.3.2. Contribuições de intervenção no domínio econômico	93
2.3.3.3. Contribuições corporativas	96
2.3.3.3.1. Contribuição Sindical	96
2.3.3.3.1.1. A contribuição sindical deixou de ser tributo após a reforma trabalhista?	97
2.3.3.3.2. Contribuições para o custeio das entidades de fiscalização do exercício de profissões regulamentadas	98

2.3.3.4.	Contribuição para o Custeio, a Expansão e a Melhoria do Serviço de Iluminação Pública e Sistemas de Monitoramento – COSIPSM	99
2.3.4.	Impostos	102
2.3.4.1.	Instituição dos impostos	103
2.3.4.2.	Os impostos e o princípio da não vinculação (ou não afetação)	104
2.3.5.	Taxas	105
2.3.5.1.	Competência para instituição das taxas	106
2.3.5.2.	Taxas pelo exercício do poder de polícia	108
2.3.5.3.	Taxas pela execução de serviços públicos	110
2.3.5.3.1.	As taxas e os serviços públicos relacionados à limpeza urbana	112
2.3.5.3.2.	As taxas e os serviços relacionados à segurança pública	113
2.3.5.3.3.	Outros julgados importantes do STF relativos às taxas	115
2.3.5.4.	A base de cálculo das taxas	116
2.3.5.5.	A alíquota das taxas	121
2.3.5.6.	Diferenças entre taxa e tarifa ou preço público	122
2.3.5.7.	Resumo sistematizado das principais taxas e respectivos entendimentos jurisprudenciais	125
Capítulo III – FENÔMENO DA INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA		127
COMO ESTUDAR A INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA		127
3. FENÔMENO DA INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA		129
3.1.	Fato Gerador	129
3.1.1.	Fato Gerador e Hipótese de Incidência	129
3.1.1.1.	Características e critérios da hipótese de incidência	131
3.1.1.2.	Subsunção tributária	133
3.1.2.	A Interpretação Objetiva do Fato Gerador	133
3.1.3.	Fato Gerador das Obrigações Principal e Acessória	136
3.1.3.1.	Momento da ocorrência do fato gerador	137
3.1.3.1.1.	Fato gerador definido com base em situações de fato	138
3.1.3.1.2.	Fato gerador definido com base em situação jurídica	138

3.1.3.1.3.	Fato gerador e as condições suspensivas	139
3.1.4.	Desconsideração de Atos e Negócios Jurídicos Fraudulentos	141
3.1.4.1.	Elisão, Evasão e Elusão Fiscal	141
3.1.4.2.	Norma geral antielisão fiscal	143
3.1.5.	Classificação do Fato Gerador	147
3.1.5.1.	Fato gerador simples ou instantâneo	147
3.1.5.2.	Fato gerador periódico simples ou contínuo	148
3.1.5.3.	Fato gerador periódico composto ou complexo ...	148
3.2.	Obrigação Tributária	150
3.2.1.	Obrigação Tributária Principal	150
3.2.2.	Obrigação Tributária Acessória	151
3.2.3.	Sujeitos da Obrigação Tributária	154
3.2.3.1.	Sujeito ativo	155
3.2.3.1.1.	Delegação da capacidade tributária ativa	155
3.2.3.1.2.	Sujeitos ativos diretos e indiretos	156
3.2.3.1.3.	Modificação superveniente do sujeito ativo em virtude de desmembramento territorial	159
3.2.3.2.	Sujeito passivo	159
3.2.3.2.1.	Inoponibilidade das convenções particulares à Fazenda Pública	162
3.2.3.2.2.	Solidariedade	163
3.2.3.2.3.	Capacidade tributária passiva	167
3.2.4.	Domicílio Tributário	168
Capítulo IV	- LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	173
	COMO ESTUDAR A LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	173
4.	LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	174
4.1.	Direito Tributário	174
4.1.1.	Conceito, Objeto, Natureza e Finalidade	174
4.1.2.	Fontes do Direito Tributário	175
4.2.	Legislação Tributária: Conceito e Disposições Gerais	176
4.2.1.	As Leis	178

4.2.1.1.	Leis em sentido estrito, medidas provisórias, leis delegadas e decretos-lei	178
4.2.1.2.	Resoluções do Senado Federal e decretos legislativos	179
4.2.2.	Tratados e Convenções Internacionais	181
4.2.3.	Os Decretos	186
4.2.4.	As Normas Complementares	187
4.2.4.1.	Atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas	187
4.2.4.2.	Decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa	188
4.2.4.3.	Práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas	188
4.2.4.4.	Os convênios celebrados entre União, os Estados, Distrito Federal e Municípios	189
4.2.4.5.	Observância das Normas Complementares	189
4.3.	Vigência da Legislação Tributária	191
4.3.1.	Noções Gerais	191
4.3.2.	Vigência Temporal da Legislação Tributária	193
4.3.3.	Vigência Espacial da Legislação Tributária	195
4.4.	Aplicação da Legislação Tributária	196
4.4.1.	Irretroatividade no CTN	197
4.4.2.	Casos em que a Legislação Tributária Poderá Retroagir	198
4.4.2.1.	Leis expressamente interpretativas	198
4.4.2.2.	Leis mais benéficas nos casos de infrações e penalidades	201
4.5.	Interpretação da Legislação Tributária	204
4.5.1.	Critérios de Interpretação	204
4.5.1.1.	Interpretação quanto à fonte	205
4.5.1.2.	Interpretação quanto aos efeitos	205
4.5.2.	Interpretação da Legislação Tributária no CTN	206
4.5.2.1.	Interpretação necessariamente literal	206
4.5.2.2.	Interpretação benigna em matéria de infrações	208
4.5.2.3.	Princípios gerais de direito privado	210
4.5.2.4.	Institutos, conceitos e formas de direito privado	210
4.6.	Integração da Legislação Tributária	212

Capítulo V - LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR - PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS	217
COMO ESTUDAR OS PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS	217
5. LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR - PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS	219
5.1. Princípios Gerais do Sistema Tributário Nacional	223
5.2. Princípios Específicos do Direito Tributário - Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar	226
5.2.1. Princípio da Legalidade ou da Reserva Legal	226
5.2.1.1. Exceções ao Princípio da Legalidade	230
5.2.1.2. Legalidade e os decretos regulamentares	233
5.2.1.3. Legalidade, Medidas Provisórias e Leis Delegadas	236
5.2.1.4. Benefício fiscal e princípio da legalidade	238
5.2.1.5. Correção monetária e princípio da legalidade	240
5.2.2. Princípio da Isonomia	241
5.2.3. Princípio da Capacidade Contributiva	246
5.2.3.1. Princípio da capacidade contributiva e sigilo bancário	248
5.2.4. (Macro)Princípio da Não Surpresa	249
5.2.4.1. Princípio da irretroatividade	250
5.2.4.1.1. A irretroatividade e os fatos geradores complexivos	251
5.2.4.2. Princípio da anterioridade anual	254
5.2.4.2.1. Anterioridade e redução de benefício fiscal	257
5.2.4.2.2. Exceções ao princípio da anterioridade anual	260
5.2.4.2.3. Anterioridade anual e Medidas Provisórias	262
5.2.4.3. Princípio da anterioridade nonagesimal (ou noventaena)	264
5.2.4.3.1. Exceções ao princípio da anterioridade nonagesimal	266
5.2.4.3.2. Noventaena e medidas provisórias	268
5.2.5. Princípio do Não Confisco ou da Razoabilidade na Tributação	269
5.2.5.1. Não confisco e a vedação às sanções políticas	273

5.2.6.	Princípio da Não Limitação ao Tráfego de Pessoas e Bens ...	275
5.2.7.	(Macro)Princípio da Preservação do Pacto Federativo	277
5.2.7.1.	Princípio da uniformidade da tributação no território nacional	277
5.2.7.2.	Princípio da uniformidade da tributação da renda .	279
5.2.7.3.	Princípio da vedação às isenções heterônomas	279
5.2.8.	Princípio da Não Discriminação Baseada em Procedência ou Destino	283

Capítulo VI – LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR – IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS

285

COMO ESTUDAR AS IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS	285
6. IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS	286
6.1. Conceito	286
6.2. Distinções Necessárias	288
6.2.1. Imunidade, não incidência, isenção, alíquota zero e remissão: conteúdos jurídicos distintos e efeitos práticos semelhantes	288
6.2.2. Imunidades e isenções	290
6.2.3. Imunidades e obrigações acessórias	292
6.3. Que Espécie Legislativa pode prever os Requisitos para Gozo ou Fruição de uma Imunidade Tributária?	293
6.4. Classificações das Imunidades	294
6.4.1. Imunidades subjetivas, objetivas ou mistas	294
6.4.1.1. Imunidades subjetivas e os contribuintes de fato ...	295
6.4.2. Imunidades ontológicas e políticas	296
6.4.3. Imunidades explícitas e implícitas	297
6.4.4. Imunidades condicionadas e incondicionadas	297
6.4.5. Imunidades gerais e específicas	298
6.5. Espécies de Imunidades Tributárias	298
6.5.1. Imunidade tributária recíproca	299
6.5.1.1. Autarquias e fundações públicas	301
6.5.1.2. Empresas públicas e sociedades de economia mista	303
6.5.1.2.1. Imunidade recíproca e os Correios	306
6.5.1.3. Promitente comprador	309
6.5.1.4. Imunidade recíproca e os tributos indiretos	309
6.5.1.5. Arrendamento, cessão de uso de bem público e sucessão	310

6.5.1.6. Outras decisões do STF sobre a imunidade tributária recíproca	312
6.5.2. Imunidade religiosa	314
6.5.3. Imunidade dos partidos políticos, das entidades sindicais dos trabalhadores e das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos	319
6.5.3.1. Requisitos legais para o reconhecimento da imunidade das instituições de educação e de assistência social	322
6.5.3.1.1. A exigência do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CE-BAS	322
6.5.3.2. Imunidade e as entidades de previdência social	324
6.5.3.3. Outras decisões sobre a imunidade das instituições de educação e de assistência social	326
6.5.4. Imunidade cultural	328
6.5.4.1. Imunidade e os materiais utilizados na confecção dos livros, jornais e periódicos	330
6.5.4.2. Imunidade e os serviços correlatos aos livros, jornais e periódicos	332
6.5.4.3. Imunidade dos livros eletrônicos (<i>e-books</i>)	332
6.5.5. Imunidade musical	334
6.5.6. Outras imunidades	335

Capítulo VII – RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA 339

COMO ESTUDAR A RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA	339
7. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA	341
7.1. Responsabilidade por Substituição e por Transferência	343
7.2. Responsabilidade Pessoal, Solidária e Subsidiária	345
7.3. Responsabilidade Por Substituição	347
7.3.1. Substituição tributária regressiva	347
7.3.2. Substituição tributária progressiva	348
7.3.2.1. A constitucionalidade da substituição tributária progressiva	350
7.3.2.2. A possibilidade de restituição	353
7.3.2.2.1. Diferença entre a base de cálculo presumida e a efetiva	353
7.4. Responsabilidade por Transferência	356

7.4.1.	Responsabilidade por solidariedade	357
7.4.2.	Responsabilidade por sucessão	359
7.4.2.1.	Responsabilidade na transmissão de bens imóveis	360
7.4.2.1.1.	Sub-rogação pessoal	362
7.4.2.1.2.	Exceções em relação à regra da responsabilidade tributária do adquirente de bem imóvel	363
7.4.2.2.	Responsabilidade na transmissão de bens móveis ..	366
7.4.2.3.	Responsabilidade na sucessão <i>causa mortis</i>	368
7.4.2.4.	Responsabilidade na sucessão empresarial	371
7.4.2.4.1.	Abrangência da responsabilidade na sucessão empresarial	371
7.4.2.4.2.	Responsabilidade tributária e alterações societárias	372
7.4.2.4.3.	Responsabilidade do sócio remanescente nos casos continuação da atividade após extinção da sociedade	375
7.4.2.4.4.	Responsabilidade do adquirente de fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional	375
7.4.2.4.5.	Exceções à responsabilidade na sucessão empresarial	378
7.4.3.	Responsabilidade de terceiros	380
7.4.3.1.	Responsabilidade de terceiros por atuação regular	381
7.4.3.1.1.	Hipóteses de responsabilidade de terceiros com atuação regular	383
7.4.3.2.	Responsabilidade de terceiros por atuação irregular	384
7.4.3.2.1.	A responsabilidade pessoal e o entendimento do STJ	385
7.4.3.2.2.	A responsabilidade dos administradores das pessoas jurídicas de direito privado ..	386
7.5.	Responsabilidade por Infrações	391
7.5.1.	Responsabilidade pessoal do agente	392
7.5.2.	Denúncia espontânea	394

7.5.2.1. Denúncia espontânea, parcelamento e depósito do montante integral	395
7.5.2.2. Denúncia espontânea e obrigações acessórias	396
7.5.2.3. Denúncia espontânea e os tributos sujeitos a lançamento por homologação	397

Capítulo VIII – LANÇAMENTO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO 399

COMO ESTUDAR O LANÇAMENTO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO 399

8. LANÇAMENTO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	400
8.1. Conceito e Natureza Jurídica	400
8.1.1. Lançamento tributário: procedimento ou ato?	402
8.1.2. Natureza jurídica do lançamento tributário	402
8.1.3. Consumação do lançamento tributário	404
8.1.4. Autonomia da obrigação tributária ante o crédito tributário	404
8.2. Competência para o Lançamento	405
8.3. Legislação aplicável ao Lançamento	407
8.3.1. Impostos lançados por períodos certos de tempo	409
8.3.2. Taxa de câmbio aplicável ao lançamento	409
8.4. Alteração do Lançamento	410
8.4.1. Impugnação do sujeito passivo	411
8.4.2. Recurso de ofício (ou remessa necessária) e recurso voluntário	411
8.4.3. Iniciativa de ofício da autoridade administrativa	412
8.4.4. Erro de direito e erro de fato	412
8.5. Modalidades de Lançamento	414
8.5.1. Lançamento de ofício ou direto	414
8.5.2. Lançamento por declaração ou misto	416
8.5.3. Lançamento por homologação ou “autolancamento”	418
8.5.3.1. Atos praticados pelo sujeito passivo após o fato gerador	420
8.5.3.2. Homologação expressa ou tácita	420
8.5.4. A técnica do arbitramento	421

Capítulo IX – EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO 425

COMO ESTUDAR EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO 425

9. EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	426
9.1. Isenção	427

9.2.	Anistia	432
9.3.	Quadro comparativo entre isenção e anistia	433
Capítulo X – SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO		435
COMO ESTUDAR SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO		435
10.	SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	436
10.1.	Moratória	438
10.1.1.	Créditos abrangidos pela moratória	441
10.1.2.	Requisitos para concessão da moratória e moratória parcelada (diferenciação em relação ao parcelamento)	442
10.2.	Parcelamento	444
10.2.1.	Parcelamento de devedores em recuperação judicial	447
10.3.	Reclamações e Recursos no Âmbito do Processo Administrativo Fiscal	448
10.4.	Liminar em Mandado de Segurança e Liminar ou Tutela Antecipada em outras Ações Judiciais	449
10.5.	Depósito do Montante Integral	451
Capítulo XI – EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO		453
COMO ESTUDAR EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO		453
11.	EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	455
11.1.	Pagamento	456
11.1.1.	Efeitos da mora no pagamento	457
11.1.2.	Imputação em pagamento	458
11.1.3.	Pagamento indevido e restituição	459
11.2.	Compensação	466
11.3.	Transação	469
11.4.	Remissão	475
11.5.	Consignação em Pagamento	476
11.6.	Pagamento Antecipado e Homologação do Lançamento	478
11.7.	Conversão do Depósito em Renda	479
11.8.	Decisão Administrativa Irreformável	479
11.9.	Decisão Judicial Transitada em Julgado	479
11.10.	Dação em Pagamento de Bens Imóveis	480
11.11.	Decadência	481
11.12.	Prescrição	486

Capítulo XII – ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	491
COMO ESTUDAR ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	491
12. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	491
12.1. Fiscalização	492
12.1.1. Poderes das autoridades administrativas	492
12.1.2. Deveres das autoridades administrativas	495
12.1.2.1. Termo de início da fiscalização	495
12.1.2.2. O dever de manter sigilo	496
12.1.2.2.1. Exceções ao sigilo fiscal	497
12.1.2.3. A permuta de informações sigilosas	499
12.2. Dívida ativa	500
12.3. Certidões negativas de débito	502
12.3.1. Certidões positivas com efeitos de negativas	503
12.3.2. Dispensa da apresentação de certidão negativa	504
12.3.3. Responsabilidade por expedição de certidão com erro	504
12.4. Meios indiretos de cobrança e a vedação às sanções políticas	505
 Capítulo XIII – GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	 507
COMO ESTUDAR GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO ...	507
13. GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	508
13.1. Garantias do crédito tributário	508
13.1.1. A totalidade dos bens e rendas responde pelo crédito tri- butário	509
13.1.2. Presunção de fraude à execução fiscal	511
13.1.3. A indisponibilidade dos bens – art. 185-A	512
13.1.4. Prova de quitação dos tributos	513
13.2. Privilégios do crédito tributário	514
13.2.1. Regras relativas ao processo de falência	515
13.2.2. Regras relativas aos processos de inventário ou arrolamento e de liquidação judicial ou voluntária	516
13.2.3. Autonomia da execução fiscal	517
13.2.4. Concurso de preferência entre pessoas jurídicas de direito público	517

SEÇÃO II – IMPOSTOS EM ESPÉCIE

Capítulo XIV – IMPOSTOS FEDERAIS	523
COMO ESTUDAR OS IMPOSTOS FEDERAIS	523

14. IMPOSTOS FEDERAIS	525
14.1. Imposto de importação	525
14.1.1. Fato gerador	526
14.1.2. Local de incidência	528
14.1.3. Momento de ocorrência do fato gerador	528
14.1.3.1. Despacho de Importação	529
14.1.4. Contribuintes	530
14.1.5. Alíquotas	530
14.1.6. Base de cálculo	531
14.1.7. Aspectos gerais	532
14.2. Imposto de exportação	532
14.2.1. Fato gerador	533
14.2.2. Local de incidência	533
14.2.3. Momento de ocorrência do fato gerador	534
14.2.4. Contribuintes	534
14.2.5. Alíquotas	534
14.2.6. Base de cálculo	535
14.3. Imposto de renda	535
14.3.1. Princípios específicos e aspectos gerais	535
14.3.2. Fato gerador	536
14.3.2.1. Imposto de Renda e as indenizações	538
14.3.2.2. Imposto de renda, atualização monetária e juros de mora	539
14.3.2.3. Imposto de renda e os valores depositados em conta bancária	541
14.3.2.4. Demais questões envolvendo incidência do imposto de renda	541
14.3.3. Local de incidência	544
14.3.4. Momento de ocorrência do fato gerador	544
14.3.5. Contribuintes	546
14.3.6. Alíquotas	547
14.3.7. Base de cálculo	547
14.3.7.1. Dependentes	549
14.3.8. Isenções	550
14.4. Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI	553
14.4.1. Princípios específicos e aspectos gerais	553
14.4.1.1. IPI e o princípio da seletividade	554

14.4.1.2. IPI e o princípio da não cumulatividade	554
14.4.1.2.1. Não cumulatividade e a sistemática de creditamento	556
14.4.1.3. Aspectos gerais do IPI	558
14.4.2. Fato gerador	559
14.4.3. Momento de ocorrência do fato gerador	559
14.4.4. Local de incidência	560
14.4.5. Contribuintes	561
14.4.6. Alíquotas	562
14.4.7. Base de cálculo	562
14.4.8. O IPI e a reforma tributária	564
14.5. Imposto sobre operações financeiras	565
14.5.1. Fato gerador	565
14.5.2. Momento de ocorrência do fato gerador	567
14.5.3. Local de incidência	568
14.5.4. Contribuintes	568
14.5.5. Alíquotas	568
14.5.6. Base de cálculo	569
14.6. Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	570
14.6.1. Aspectos gerais	570
14.6.2. Fato gerador	572
14.6.3. Local de incidência	573
14.6.4. Momento de ocorrência do fato gerador	574
14.6.5. Sujeito ativo	575
14.6.6. Contribuintes	576
14.6.7. Alíquotas	576
14.6.8. Base de cálculo	576
14.6.9. Isenção dos imóveis rurais destinados à reforma agrária, ocupados por remanescentes de quilombolas e das pequenas glebas	577
14.7. Imposto Sobre Grandes Fortunas	578

Capítulo XV – IMPOSTOS ESTADUAIS 579

COMO ESTUDAR OS IMPOSTOS ESTADUAIS

 579

15. IMPOSTOS ESTADUAIS

 581

15.1. ICMS

 581

15.1.1. Características Gerais

 582

15.1.2. Classificação	584
15.1.3. Aspecto Material	585
15.1.3.1. Operações relativas à circulação de mercadorias ..	586
15.1.3.1.1. Conceito de mercadoria	586
15.1.3.1.2. Circulação de mercadorias	589
15.1.3.2. ICMS e operações de arrendamento mercantil (<i>leasing</i>)	590
15.1.3.2.1. <i>Leasing</i> operacional, <i>lease back</i> e <i>leasing</i> financeiro	592
15.1.3.2.2. <i>Leasing</i> internacional	593
15.1.3.3. ICMS e operações de comodato	594
15.1.3.4. ICMS e as operações societárias	595
15.1.3.5. A tributação conjunta de mercadorias e serviços ...	595
15.1.3.6. ICMS e energia elétrica	601
15.1.3.6.1. Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD	602
15.1.3.6.2. Cobrança sobre demanda contratada .	605
15.1.3.7. A tributação dos serviços de transporte	606
15.1.3.8. A tributação dos serviços de comunicação	608
15.1.3.8.1. Operações onerosas	608
15.1.3.8.2. Provedores de internet	609
15.1.3.8.3. Serviço de habilitação de telefone celular e tarifa de assinatura básica mensal de telefonía	610
15.1.3.8.4. Local de incidência	613
15.1.3.8.5. Inadimplemento do consumidor final ...	614
15.1.4. Aspecto Espacial	615
15.1.4.1. ICMS nas operações interestaduais	619
15.1.4.1.1. Regra de transição	621
15.1.4.1.2. A obrigatoriedade de edição de lei com- plementar para cobrança do diferencial de alíquota	621
15.1.4.1.3. Estabelecimento das alíquotas interes- taduais	625
15.1.4.2. ICMS nas importações	626

15.1.5. Aspecto Temporal	628
15.1.5.1. Saída de mercadoria para outro estabelecimento do mesmo titular	631
15.1.6. Aspecto Quantitativo – Alíquota	633
15.1.6.1. Seletividade	635
15.1.6.2. Não cumulatividade	637
15.1.6.2.1. Operações isentas e não tributadas	638
15.1.6.2.2. Regime de conta gráfica	640
15.1.6.2.3. Aquisição de produtos intermediários, bens de conveniência e destinados ao ativo fixo do estabelecimento	641
15.1.6.2.4. Correção monetária	646
15.1.6.2.5. Cumulatividade e os serviços de comu- nicção e de transporte	646
15.1.6.2.6. Devedor contumaz e adquirente de boa- fé	647
15.1.7. Aspecto Quantitativo – Base de Cálculo	649
15.1.7.1. Imposto “por dentro”	649
15.1.7.2. Outros valores que integram a base de cálculo	650
15.1.7.3. Exclusão do IPI da base de cálculo	653
15.1.7.4. Regime de pauta fiscal	653
15.1.8. Aspecto Pessoal	656
15.1.8.1. Sujeito passivo do ICMS	656
15.1.8.2. Sujeito ativo do ICMS	659
15.1.9. Aspectos Relevantes Além da Regra Matriz de Incidência	659
15.1.9.1. Lançamento	659
15.1.9.2. Concessão de benefícios fiscais de ICMS	659
15.1.9.3. Restituição do ICMS cobrado indevidamente	667
15.1.9.4. Substituição tributária	669
15.1.9.4.1. Criminalização do ICMS declarado e não pago	672
15.1.9.5. Imunidades em relação ao ICMS	673
15.1.9.5.1. Imunidade sobre a exportação de mer- cadorias ao exterior	674
15.1.9.5.2. Imunidade nas operações interestadu- ais com petróleo, inclusive lubrificantes,	

	combustíveis líquidos e gasosos deles derivados e energia elétrica	674
	15.1.9.5.2.1. ICMS monofásico sobre combustíveis e lubrificantes	676
	15.1.9.5.3. Imunidade das operações com ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial	679
	15.1.9.5.4. Imunidade nas prestações de serviços de comunicação nas modalidades de radio-difusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita	680
	15.1.9.5.5. Imunidades genéricas aplicadas ao ICMS	680
15.2.	Imposto Sobre Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCMD	682
	15.2.1. Aspecto Quantitativo – Alíquotas	684
	15.2.2. Aspecto Espacial	686
	15.2.3. Aspecto Pessoal – Sujeito Ativo	687
	15.2.4. Aspecto Material	690
	15.2.4.1. Doação	691
	15.2.4.2. Renúncia à herança	691
	15.2.4.3. Partilha desproporcional de bens	692
	15.2.4.4. Fideicomisso	692
	15.2.5. Aspecto Temporal	693
	15.2.6. Regime de Recolhimento	694
	15.2.6.1. Momento do recolhimento do ITCMD no processo de inventário	695
	15.2.7. Aspecto Quantitativo – Base de Cálculo	697
	15.2.8. Aspecto Pessoal – Sujeito Passivo	698
	15.2.9. Lançamento	699
	15.2.9.1. Lançamento e início da contagem do prazo decadencial nos processos de inventário	699
	15.2.9.2. Lançamento e início da contagem do prazo decadencial nas doações	700
15.3.	IPVA	701
	15.3.1. IPVA e a Imunidade Recíproca	703
	15.3.2. Aspecto Quantitativo – Alíquotas	704

15.3.3. Aspecto Material	706
15.3.3.1. IPVA e as embarcações e aeronaves	707
15.3.4. Aspecto Temporal	708
15.3.5. Aspecto Espacial	709
15.3.6. Aspecto Quantitativo – Base de Cálculo	710
15.3.7. Aspecto Pessoal – Sujeito Ativo	710
15.3.8. Aspecto Pessoal – Sujeito Passivo	710
15.3.8.1. <i>Leasing</i> ou arrendamento mercantil	711
15.3.8.2. Responsabilidade do antigo proprietário em relação ao IPVA	712
15.3.9. Lançamento	714
15.3.9.1. Notificação do lançamento e prazo prescricional	714

Capítulo XVI – IMPOSTOS MUNICIPAIS 717

COMO ESTUDAR OS IMPOSTOS MUNICIPAIS	717
16. IMPOSTOS MUNICIPAIS	718
16.1. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS ou ISSQN	718
16.1.1. Características gerais do imposto	718
16.1.2. Fato gerador do ISS (aspecto material)	720
16.1.2.1. Exportação de serviços	725
16.1.2.2. Operações mistas: ISS x ICMS	726
16.1.2.3. Serviços bancários	727
16.1.2.4. Contrato de arrendamento mercantil (<i>leasing</i>)	728
16.1.2.5. Contrato de franquia	728
16.1.2.6. Planos de saúde e seguro-saúde	730
16.1.2.7. Construção civil	732
16.1.2.8. Serviço de transporte municipal	735
16.1.2.9. Serviço de licenciamento ou cessão de direitos sobre <i>softwares</i>	736
16.1.2.10. Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade	737
16.1.3. Imunidades	738
16.1.4. Local da incidência tributária (aspecto espacial)	741
16.1.4.1. Alterações promovidas pela Lei Complementar nº 175/2020 no ISS	745
16.1.5. Sujeitos da relação jurídico-tributária no ISS (aspecto sub- jetivo ou pessoal)	747

16.1.5.1. Sujeito ativo	747
16.1.5.2. Contribuinte	747
16.1.6. Base de cálculo	751
16.1.7. Alíquota	754
16.1.7.1. ISS-Fixo	755
16.1.8. Regime de restituição	756
16.1.9. Momento em que se considera ocorrido o fato gerador (aspecto temporal)	757
16.1.10. Lançamento	758
16.2. Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU	760
16.2.1. Fato gerador (aspecto material)	760
16.2.2. Momento em que se considera ocorrido o fato gerador (aspecto temporal)	764
16.2.3. Local de incidência (aspecto espacial)	764
16.2.3.1. Imóveis com destinação rural localizados em zona urbana	766
16.2.4. Sujeito ativo	767
16.2.4.1. Cobrança de IPTU de imóvel situado em território acrescido a Município em desacordo com as exigências do art. 18, § 4º, da CF	767
16.2.5. Contribuintes	768
16.2.6. Desapropriação, usucapião e IPTU	770
16.2.7. Loteamentos irregulares e o IPTU	772
16.2.8. Imunidades e IPTU	772
16.2.9. Base de cálculo	776
16.2.10. Alíquotas	777
16.2.11. Lançamento	780
16.3. ITBI – Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis	781
16.3.1. Imunidades e o ITBI	781
16.3.2. Aspecto material	784
16.3.3. Momento em que se considera ocorrido o fato gerador (aspecto temporal)	790
16.3.4. Local de incidência (aspecto espacial)	792
16.3.5. Sujeito ativo	792
16.3.6. Sujeito passivo (contribuinte)	792
16.3.7. Base de cálculo	793
16.3.8. Alíquota	796

Capítulo XVII – REPARTIÇÃO CONSTITUCIONAL DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS	797
COMO ESTUDAR REPARTIÇÃO CONSTITUCIONAL DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS	797
17. REPARTIÇÃO CONSTITUCIONAL DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS	798
17.1. Introdução	798
17.2. Repartição direta e indireta	799
17.3. Tributos sujeitos e não sujeitos à repartição	799
17.4. Repartição direta	801
17.4.1. Repartição do IR com Estados e DF	801
17.4.2. Repartição do IR com Municípios	801
17.4.3. Repartição do IOF-Ouro com DF, Estados e Municípios	802
17.4.4. Repartição do ITR com Municípios	802
17.4.5. Repartição do IPVA com os municípios	803
17.4.6. Repartição do ICMS e do IBS com os municípios	803
17.4.7. Repartição dos impostos residuais com os Estados e o DF ..	806
17.5. Repartição indireta	807
17.5.1. Fundo de participação dos Estados, Fundo de participação dos Municípios e Fundo de incentivo ao setor produtivo do Norte, Nordeste e Centro-Oeste	807
17.5.2. Repartição do IPI e do IS com Estados e DF	810
17.5.2.1. Compensação à desoneração das exportações	810
Capítulo XVIII – SIMPLES NACIONAL	813
COMO ESTUDAR O SIMPLES NACIONAL	813
18. SIMPLES NACIONAL	815
18.1. Noções gerais	815
18.2. Definição de ME e EPP	817
18.3. Receitas de exportação	820
18.4. Os sublimites e as condições diferenciados por estado, DF ou município	820
18.5. Vedações à opção	821
18.5.1. Vedação plena	822
18.5.2. Vedação parcial	823
18.5.3. Permissão expressa para opção	828
18.6. Opção pelo Simples	831
18.7. Exclusão do Simples	831

18.8. Tributos abrangidos pelo Simples	832
18.9. Tributos não abrangidos pelo Simples Nacional	834
18.10. Substituição Tributária e Tributação Monofásica	836
18.11. ICMS e ISS com valor fixo para as microempresas	838
18.12. Possibilidade de concessão unilateral de isenção ou redução de PIS, COFINS e ICMS para produtos da cesta básica	839
18.13. Redução de alíquotas na aquisição de bens para o ativo imobilizado	839
18.14. Faixas de incidência e parcelas de cada tributo	839
18.15. Não cumulatividade	841
18.16. Regime de competência e regime de caixa	842

SEÇÃO III – REFORMA TRIBUTÁRIA **Emenda Constitucional nº 132/2023**

Capítulo XIX – REFORMA TRIBUTÁRIA – O NOVO SISTEMA DE TRIBUTAÇÃO SOBRE O CONSUMO	847
19.1. VISÃO GERAL DO NOVO SISTEMA DE TRIBUTAÇÃO SOBRE O CONSUMO	847
19.2. IMPOSTO SOBRE BENS E SERVIÇOS – IBS E CONTRIBUIÇÃO SOBRE SERVIÇOS – CBS	848
19.2.1. Uniformidade em relação ao IBS e à CBS	849
19.2.2. Legislação única e uniforme	850
19.2.3. Princípios norteadores do IBS	850
19.2.3.1. Princípio da neutralidade	850
19.2.3.2. Princípio da não cumulatividade	851
19.2.3.3. Princípio da transparência	853
19.2.4. Fato gerador do IBS e da CBS	854
19.2.5. Alíquotas do IBS e da CBS (alíquota única x alíquota unifor- me)	855
19.2.5.1. Alíquota de referência	856
19.2.6. Cobrança por fora	858
19.2.7. Sujeito passivo	859
19.2.8. Vedação geral à concessão de benefícios fiscais	859
19.2.9. Benefícios fiscais, regimes específicos e regimes diferencia- dos	860
19.2.9.1. Regimes específicos	860
19.2.9.2. Regimes diferenciados	864
19.2.9.3. A Zona Franca de Manaus – ZFM	867

19.2.10. O <i>Cashback</i>	868
19.2.11. Imunidades	870
19.2.11.1. Prestação de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita	870
19.2.11.2. Exportação	870
19.2.12. Distribuição da arrecadação do IBS	871
19.2.13. Questões delegadas à Lei Complementar	873
19.2.13.1. Desoneração da aquisição de bens de capital	873
19.2.14. Comitê Gestor do IBS	874
19.2.14.1 Funções do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços – CGIBS	874
19.2.14.2. Natureza jurídica do Comitê Gestor do IBS	876
19.2.14.3. Representatividade dos entes federativos e composição do Comitê Gestor do IBS	876
19.2.14.4. Demais aspectos relacionados ao Comitê Gestor	878
19.2.15. O Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional – FNDR	879
19.2.15.1. Critérios para distribuição dos recursos do FNDR	880
19.3. IMPOSTO SELETIVO – IS	880
19.4. TRANSIÇÃO “PARA A SOCIEDADE” E TRANSIÇÃO FEDERATIVA	881
19.4.1. Transição para a sociedade	882
19.4.1.1. Transição 2026	882
19.4.1.2. Transição 2027 a 2028	883
19.4.1.3. Transição 2029 a 2032	885
19.4.2. Transição federativa	886
19.4.2.1. Seguro-receita	888

SEÇÃO IV – PROCESSO TRIBUTÁRIO

Capítulo XX – EXECUÇÃO FISCAL	893
COMO ESTUDAR A EXECUÇÃO FISCAL	893
20.1. Aplicabilidade da lei de execuções fiscais	895
20.2. Dívida ativa	897
20.2.1. Conceito	897
20.2.2. Inscrição em Dívida Ativa	900
20.2.3. Classificação	905
20.2.3.1. Dívida Ativa não tributária – Tribunal de Contas	906

20.2.3.2. Dívida Ativa não tributária – multas ambientais	908
20.2.3.3. Dívida Ativa não tributária – multas do PROCON .	910
20.2.3.4. Dívida Ativa não tributária – multa penal	911
20.2.4. Protesto da Certidão de Dívida Ativa	914
20.3. Competência	917
20.4. Legitimados	919
20.4.1. Redirecionamento da execução fiscal	923
20.4.1.1. Conceito	923
20.4.1.2. Redirecionamento x Desconsideração da Personalidade Jurídica	924
20.4.1.3. Hipóteses de redirecionamento na jurisprudência .	928
20.4.1.4. Prescrição no redirecionamento da Execução Fiscal	930
20.5. Procedimento: da petição inicial à sentença	932
20.5.1. Petição inicial	932
20.5.2. Citação	935
20.5.2.1. Despacho ordenando a citação interrompe a prescrição	936
20.5.2.2. Citação por edital	937
20.5.3. Garantia da Execução Fiscal	939
20.5.3.1. Depósito em dinheiro	940
20.5.3.2. Fiança bancária e seguro garantia	940
20.5.3.3. Oferta de bens à penhora	941
20.5.4. Penhora	942
20.5.4.1. Princípio da menor onerosidade x Princípio da realização da execução no interesse do credor	952
20.5.4.2. Substituição de seguro garantia ou fiança bancária	954
20.5.5. Inscrição do devedor em cadastro de inadimplência e medidas afilivas ou meios atípicos de execução	955
20.5.6. Prescrição intercorrente da execução fiscal	956
20.5.7. Extinção da Execução Fiscal	961
20.5.7.1. Renúncia nas ações de execução fiscal	962
20.5.7.2. Sucumbência	964
20.6. Fraude à execução	967
20.7. Meios de defesa/impugnação do executado	969
20.7.1. Embargos à execução	970
20.7.2. Exceção de pré-executividade	973

20.8.	Execução fiscal e os processos de falência e recuperação judicial	975
20.8.1.	Falência	976
20.8.2.	Recuperação Judicial	980
20.9.	Cobrança extrajudicial do crédito inscrito em dívida ativa da União e do FGTS e o negócio jurídico processual em matéria tributária	982
20.9.1.	Portaria da PGFN nº 33/2018	982
20.9.2.	Portaria da PGFN nº 742/18	989
Capítulo XXI – AÇÕES EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA		993
COMO ESTUDAR AS AÇÕES EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA		993
21.	AÇÕES EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA	995
21.1.	Medida cautelar fiscal	995
21.1.1.	Conceito e Objetivos	995
21.1.2.	Competência	995
21.1.3.	Hipóteses de Cabimento	996
21.1.4.	Procedimento	997
21.2.	Ação Declaratória	1001
21.3.	Ação Anulatória de Débito Fiscal	1003
21.4.	Mandado de Segurança	1006
21.5.	Ação de Repetição de Indébito Tributário	1013
21.6.	Ação de Consignação em pagamento	1014
21.7.	Ação Rescisória	1016
21.8.	Os limites da coisa julgada em matéria tributária	1017